

4408

# Munduruku se pinta para a guerra contra os garimpeiros

OS ÍNDIOS DERAM ATÉ O DIA 27 PARA QUE OS INVASORES SAIAM DA RESERVA SEM RESISTIR

O povo indígena mais numeroso da Amazônia, o Munduruku, está em pé de guerra. Oitocentos guerreiros estão pintados para combate e portando armas de fogo que apontam em uma só direção: 40 garimpeiros que voltaram a invadir a reserva, às margens do Tapajós, a cerca de 1.800 km de Belém. O administrador regional da Fundação Nacional do Índio, em Itaituba, Walter Tertulino, diz estar sendo "pressionado pelos índios". Segundo ele, os guerreiros "vão massacrar" os garimpeiros, que são em menor número.

No dia 02 de janeiro, ele viajou até o posto indígena Sai Cinza e negociou com os índios o adiamento do ataque até o próximo dia 27. Desde então, Tertulino vem tentando, sem sucesso, fazer contato com a presidência da Funai, em Brasília. Segundo ele, os

## ÍNDIOS QUEREM INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO

Após negociações que duraram dois dias, o chefe do posto da Funai, em Itaituba, Walter Tertulino conseguiu demover os 800 guerreiros Munduruku da idéia de "atacar imediatamente os garimpeiros" que voltaram a invadir a reserva nos primeiros dias de janeiro. Agora, o indigenista está desesperado tentando encontrar com a presidência da Funai, em Brasília, uma solução para o impasse.

Os índios querem que a Funai peça ajuda ao Exército, mas Tertulino alega não ter autonomia para convocar as Forças Armadas. Em correspondência enviada à coordenação de proteção indígena, em Brasília, Tertulino sugere que a Funai peça ajuda ao Exército, através do Comando Militar do Norte ou ao Comando Militar da Amazônia, e "se houver respaldo legal, aos militares do 53º Batalhão de Infantaria e Selva

guerreiros fazem contato diário com o posto de Itaituba, cobrando posição. Na última segunda-feira, Tertulino enviou à sede do Conselho Indigenista Missionário, em Belém, um fax, desesperado, descrevendo o conflito. Segundo ele, o garimpeiro Luiz Barbudo, que se intitula "dono" do garimpo Boa Esperança, na terra dos Munduruku, informou de forma bastante indelicada que reconduziria seus homens e maquinário à área, que já havia sido desocupada no último mês de dezembro.

Tertulino conta que a própria Associação das Mineradoras de Ouro do Tapajós (Amot), da qual Luiz Barbudo é associado, chegou a procurá-lo em dezembro para informar que o garimpo seria desativado. Famílias Munduruku já estavam inclusive se preparando para fixar residência na área para inibir novas invasões.

de Itaituba". Na verdade, Tertulino quer cortar caminho e não passar pela Polícia Federal. Sem viaturas e homens suficientes, a PF poderia atrasar ainda mais a retirada dos garimpeiros da área indígena, aumentando a possibilidade de um conflito sangrento entre índios e garimpeiros na reserva indígena.

Para chegar à área indígena invadida pelos garimpeiros são necessárias pelo menos seis horas de viagem, a partir de Belém. O primeiro passo é embarcar em uma viagem de três horas até Itaituba. De lá outro avião Bandeirantes demora mais uma hora e meia, até Jacareacanga. Por fim, uma voadeira chega na terra dos Munduruku em aproximadamente 45 minutos. Ao todo, o povo mais numeroso do Pará possui cerca de quatro mil membros e 1.441.782 hectares de terra.



Na reserva Munduruku, no oeste do Pará, os índios participam de um ritual que envolve homens, mulheres e as crianças da tribo



As mulheres preparam o caxiry, bebida fermentada para as festas

## DECRETO INCENTIVA INVASÃO

O administrador da Fundação Nacional do Índio, em Itaituba, Walter Tertulino, está convencido de que a volta dos garimpeiros à terra dos Munduruku deve-se à edição do decreto 1.775/96, segundo o qual qualquer pessoa, física ou jurídica, pode reclamar a posse de terras indígenas, e inclusive contestar sua demarcação. Na Amazônia, das 384 áreas indígenas 254 estão sujeitas à revisão, de acordo com o decreto.

Tertulino não é o único que culpa o decreto por invasões às terras indígenas. O bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, em entrevista ontem à agência Globo, classificou o decreto de "genocida", disse que o governo federal cedeu "à pressão de madeireiros e fazendeiros" e responsabiliza o ministro da Justiça, Nelson Jobim, pelo aumento - segundo ele previsível - da quantidade de conflitos entre posseiros e índios.

O vice-presidente do Cimi nacional, Guenter Francisco

Loeben, diz que o o governo está levando "às últimas consequências a lei do mais forte". Mais: na edição do jornal do Cimi explica passo-a-passo a redução que o decreto pode causar ao patrimônio territorial indígena. A próxima edição da revista Missionário, que circula entre todas as comunidades indígenas do país, mostra às comunidades, em linguagem didática, o que representa a nova lei e qual tem sido a atitude de Jobim ao longo dos últimos anos, em relação à demarcação das terras indígenas.

Em 1993, o advogado Nelson Jobim, então deputado federal pelo PMDB, foi contratado pelo governo do Pará para defender junto ao Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do decreto 22/91, que, seguindo a filosofia da Constituição de 1988, garantia a legalização e a posse dos territórios indígenas, sem que ninguém tenha o direito de reclamar a propriedade dessas áreas.